

UM MANIFESTO PELA VIDA DAS MULHERES NA BAIXADA FLUMINENSE: Violência de gênero e a urgência por ações a partir da interseccionalidade

A MANIFESTO FOR THE LIVES OF WOMEN IN THE BAIXADA FLUMINENSE REGION: Gender violence and the urgent need for intersectional action

Tatiane de Oliveira Pinto¹

RESUMO: Neste artigo apresentam-se resultados de um estudo sobre a violência de gênero, em forma de manifesto pela vida das mulheres no território da Baixada Fluminense, na cidade de Nova Iguaçu. Utilizou-se metodologia em perspectiva exploratória e qualitativa, por meio de observação participante, questionários e pesquisa bibliográfica e um breve mapeamento. Como resultados, destacaram-se a intersectorialidade e o atendimento em rede para o planejamento e execução das políticas de gênero, mas também foi possível perceber a urgência em se planejar e executar ações de prevenção e combate à violência a partir do conceito da interseccionalidade. Pode-se concluir que o município de Nova Iguaçu tem destaque em relação ao atendimento das mulheres vitimadas, mas as ações voltadas aos homens autores de violência ainda são incipientes. Apesar das políticas sociais de gênero, o município ainda é o terceiro mais violento a em relação às mulheres, em especial, as mulheres negras.

Palavras-chaves: Mulheres; Violência; Baixada Fluminense; Interseccionalidade.

ABSTRACT: This article presents the results of a study on gender violence, in the form of a manifesto for the lives of women in the territory of Baixada Fluminense, in the city of Nova Iguaçu. An exploratory and qualitative methodology was used, through participant observation, questionnaires and bibliographical research and a brief mapping. As results, intersectorality and network assistance for the planning and execution of gender policies stood out, but it was also possible to perceive the urgency in planning and executing actions to prevent and combat violence based on the concept of intersectionality. It can be concluded that the municipality of Nova Iguaçu stands out in relation to the care of victimized women, but actions aimed at male perpetrators of violence are still incipient. Despite social gender policies, the municipality is still the third most violent towards women, especially black women.

Keywords: Women; Violence; Baixada Fluminense; Intersectionality.

INTRODUÇÃO

¹ Doutora em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC – FGV/RJ. Professora Associada no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas e Professora Permanente no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade – PPGPACS/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: tatiolp@ufrj.br.

De acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa (Ferreira, 2009), manifesto é uma declaração pública de princípios e intenções, que objetiva alertar sobre um problema ou fazer a denúncia pública sobre algo que está ocorrendo, normalmente de cunho político. Sendo assim, utiliza-se o espaço deste manuscrito para alertar sobre a violência contra as mulheres na Baixada Fluminense, apresentando, especificamente, a descrição de ações para o seu enfrentamento e prevenção, bem como do desafio das intervenções com os homens autores de violência (HAV), no sentido de reforçar a urgência e importância do tema e a necessidade de preservar a vida das mulheres no referido território, a partir de uma análise interseccional.

Trata-se da apresentação de parte dos resultados de uma investigação mais ampla desenvolvida entre os anos de 2022 a 2024, em duas fases investigativas diferentes, a partir de projetos de pesquisa coordenados pela autora, intitulados: *“A vida das mulheres nos contextos pandêmico e pós-pandêmico: um estudo sobre as políticas sociais de gênero na cidade de Nova Iguaçu-RJ”* e *“Intervenções com agressores no âmbito da violência contra a mulher: A que(m) atendem e como se dão as ações no Brasil e no território da Baixada Fluminense-RJ”*. As duas fases do estudo mencionadas possuem relação com o que é disposto na Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), além de se localizarem nos limites das particularidades baixadenses. O problema de pesquisa que norteia o artigo está circunscrito na questão da violência contra a mulher, no território da Baixada Fluminense e algumas reflexões sobre ações de prevenção e enfrentamento em um de seus municípios, a cidade de Nova Iguaçu. Desse modo, pretende-se alertar sobre a questão da violência contra a mulher no território da Baixada Fluminense e fazer um apelo por ações por parte do Estado que considerem os marcadores da interseccionalidade, tais como gênero, raça/etnia e classe.

As fases que compuseram a investigação ocorreram em uma perspectiva exploratória e qualitativa (Minayo, 1994), entre agosto de 2022 a agosto de 2024. Na primeira etapa do estudo realizou-se pesquisa de campo², entre os meses de dezembro de 2022 a junho de 2023, junto à sede da Superintendência de Políticas para as Mulheres (SPM) de Nova Iguaçu. Realizou-se, também, a observação participante, nos termos de Becker (1999) e

² O projeto referente a essa etapa da pesquisa foi submetido ao Sistema do Comitê de Ética na Pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos e aprovado pelo parecer nº 5.639.501, em 13 de setembro de 2022.

foram utilizados questionários³ *on-line* que foram enviados a profissionais das políticas sociais identificadas no território, em especial as gestoras e técnicas de enfrentamento a violência contra a mulher que atuam na SPM. Na fase posterior e complementar da investigação, na dimensão das ações destinadas aos homens autores de violência (HAV), foi utilizada a pesquisa bibliográfica (Severino, 2007) e um breve mapeamento das intervenções com ‘agressores’ na Baixada Fluminense. Registra-se que a pesquisa foi executada no âmbito do NEGGRA (Núcleo de Estudos de Gênero, Geração e Raça) da UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro). O presente artigo dialoga com o Dossiê Gênero e Violência: Assédio Sexual e as dinâmicas de Poder na medida em que apresenta um tema que envolve a violência contra as mulheres e os limites e possibilidades de ações do Estado para a sua prevenção e combate. O texto está dividido em três sessões, intituladas: *O território da Baixada Fluminense e a cidade de Nova Iguaçu: Entre o estigma da periferia e o esforço coletivo pela positivação*, *Baixada Fluminense: Da violência política à violência contra as mulheres* e *Análise dos resultados: Possibilidades de enfrentamento da violência contra a mulher e a lacuna de uma atuação com viés interseccional*.

1. O TERRITÓRIO DA BAIXADA FLUMINENSE E A CIDADE DE NOVA IGUAÇU: ENTRE o estigma da periferia e o esforço coletivo pela positivação

Há um sentido polissêmico para se definir a Baixada Fluminense. Conforme explica Marques (2006), a depender de onde se observa, do desempenho ou interesses de campos de pesquisa, instituições ou grupos políticos, a região baixadense adota contornos geográficos, econômicos, políticos e culturais variados. Os órgãos oficiais do estado e dos municípios do Rio de Janeiro classificam o território de forma bastante diversificada, estando nele localizados os municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Nilópolis, São João de Meriti, Belford Roxo, Mesquita, Queimados, Guapimirim, Japeri e Magé e Seropédica (Silva, 2017). Estudos registram que até a década de 1980 a Baixada foi marcada pelo estigma da miséria e da violência e, com um perfil pejorativo, o território foi tomado como cidade dormitório e achacado como uma reserva de “mão-de-obra e curral eleitoral”, conforme Nogueira (2008, p. 03), devido a veemências de uma elite empresarial e política

³ Os questionários foram elaborados na plataforma Formulários Google e divulgados via e-mail e pela rede social WhatsApp e não foi necessária a identificação das respondentes, sendo a participação voluntária.

que não se envolvia com as questões sociais da época. Essa realidade só foi alterada, a partir do século XXI, quando a Baixada Fluminense se estabeleceu como uma área estratégica para o desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro.

Cidade compartimentada é a caracterização de Nova Iguaçu elaborada por Simões (2008), ao se referir à segregação social da cidade, onde os habitantes com rendas superiores e melhor qualidade de vida estão inseridos nas áreas entre a Estrada de Ferro e a serra de Madureira, circunscritos nos bairros Kaonze, Centro e Bairro da Luz; Entre a Via Ligth e a Dutra, está reunida a classe média iguaçuana e, à medida em que se afasta espacialmente dessas áreas, surgem os bairros periféricos até o limite da extrema pobreza, onde se situam os loteamentos populares e pessoas em condições materiais mais precárias. Assim, o que se percebe são maiores investimentos nas áreas centrais da cidade e o abandono dos grupos populares, configurando, de fato, uma grave segregação espacial/territorial.

As denominações dos territórios da Baixada proporcionam uma experiência comum que determina um modo de vida baixadense, mas que também se funda em críticas sobre as estigmatizações experienciadas por seus habitantes, como destaca Jussara Freire (2016). Desse modo as comunidades se organizam em ações locais, mobilizações coletivas e a busca pela legitimidade. Refletindo sobre a definição da Baixada, Barreto (2004) chama a atenção para um movimento novo, uma tentativa de positivação que tem transformado a imagem construída e consumida sobre esse território. Há um esforço coletivo em se produzir imagens positivas para a Baixada que possibilitem reverter o estigma de uma região sem autoestima. Conforme nos ensinou Enne (2004, p. 16), “trata-se de uma produção coletiva de identidades positivas, que visa atingir não só aos que nela residem, mas também a esse senso comum cristalizado”, por meio de institutos culturais, atrelados aos movimentos sociais e coletivos associados às lutas das minorias, como o movimento negro e o movimento de mulheres, entre outros, para a legitimação da região e do desenvolvimento do ‘orgulho’ de ser da Baixada.

2. BAIXADA FLUMINENSE: da violência política à violência contra as mulheres

Embora a discussão apresentada neste artigo percorra o tema da violência contra a mulher, é importante também pontuar a questão socio-histórica que se engendra no

território da Baixada que é a violência política, forjada pelo “coronelismo urbano” (Beloch, 1986). Na literatura sobre o tema têm destaque os estudos de José Claudio Alves (1998), em especial o livro intitulado “Dos Barões ao Extermínio”, que investiga a violência e que demarca a Baixada como periferia metropolitana, com altos índices de crimes em uma análise “original, profunda e inquietante sobre o espólio político da violência no Brasil contemporâneo” (De Oliveira, 2021, p. 319).

Alves (2002) investiga a violência na Baixada Fluminense, em uma perspectiva histórica, que politiza o debate e permite compreender as particularidades de sua realidade social, que se conforma a partir de enormes contradições, sendo as principais a segregação da classe trabalhadora e a extrema violência, expressa em altos números de homicídios. Justaposto a este “campo de extermínio”, desenha-se um projeto de reconstituição urbana pautado em investimentos estatais e privados ávidos por uma nova massa de consumidores, por mão-de-obra barata e por eleitores. Edson Miagusko (2021) também investiga a região baixadense, mas por um outro prisma: Pela percepção do aumento da violência como uma decorrência do deslocamento de criminosos, impulsionado pelas políticas de pacificação nas favelas cariocas, a denominada “migração de criminosos” para a Baixada. O autor discute o “dispositivo da pacificação em sua ausência”, como uma forma de presença do Estado nas margens territoriais da Baixada Fluminense. Ou seja, procura apreender as configurações de diferentes regimes territoriais acarretados pela pacificação no Grande Rio.

Assis (2008), estudando a memória e identidade decorrentes da chacina da Baixada, informa que há aproximações ou afastamentos por parte dos movimentos sociais, civis e/ou religiosos, em relação à violência. Os afastamentos, no entanto, não significam fraqueza ou perda do desejo por justiça social e sim uma reação coletiva à alarmante insegurança pública institucionalizada no Brasil, da qual a Baixada Fluminense é um grande exemplo. Ao que concerne ao fenômeno da violência contra a mulher, a Baixada também é detentora de números preocupantes. Segundo o Boletim Feminicídios e a Política de Segurança Pública na Baixada Fluminense (2023), no ano de 2022, foram registrados 110 feminicídios no Rio de Janeiro e, aproximadamente, 24% desses assassinatos ocorreram somente na Baixada Fluminense, gerando um aumento de 67% de mortes femininas em comparação ao ano anterior. Há que se registrar que grande parte desses feminicídios na Baixada acometem mulheres negras, em idade adulta e moradoras de bairros periféricos. Em 2022, Duque de

Caxias liderou o *ranking* das mortes de mulheres com 23% dos casos de feminicídios na Baixada, seguido por Belford Roxo (19%) e Nova Iguaçu (17%).

Em uma perspectiva interseccional, Conceição e Mora (2020, p. 02), informam que “a escassez do recorte racial na temática da violência dificulta a identificação das desigualdades a que estão expostas as mulheres negras”. Assim, é notório que a questão territorial tem restrições ao que tange as políticas públicas e representação social de pessoas negras. O estigma de quem reside na Baixada confere uma representação da periferia que aponta não só para o sítio geográfico em si, como também para a população que dela faz parte. Desse modo, “persiste a imagem da Baixada Fluminense como um lugar pobre, sujo e violento” (Conceição e Mora, 2020, p. 03). A violência de gênero atravessa toda uma trajetória de vida das mulheres baixadenses, explicitada, algumas vezes, de maneira sutil, mas que, efetivamente, denotam o racismo, o sexismo, a solidão afetivo-sexual e o desrespeito.

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS: possibilidades de enfrentamento da violência contra a mulher e a lacuna de uma atuação com viés interseccional

Das ações realizadas em campo na sede da SPM/NI⁴, depreenderam-se as seguintes questões para análise: A existência da intersetorialidade para o planejamento e execução das políticas de gênero; Desdobramentos para o contexto do pós-pandemia, em termos de demandas de/para mulheres; E uma necessidade de especificar as ações de prevenção e combate à violência a partir do conceito da interseccionalidade. A SPM atende mulheres vítimas de violência doméstica e vítimas do câncer de mama. A equipe multidisciplinar é composta por Assistentes Sociais, Advogadas, Psicopedagoga e Psicólogas, e essas trabalhadoras se auto caracterizam como técnicas de enfrentamento à violência e trabalham com atendimentos de média complexidade, estendido para os filhos/as da vítima (no caso da atuação da Psicopedagoga). Os atendimentos são exclusivos a mulheres residentes no referido município. Logo nas primeiras observações na instituição, ficou notória a articulação por meio da intersetorialidade (Pereira e Teixeira, 2013) no planejamento e na execução das ações de prevenção e combate à violência gênero, como o mecanismo mais

⁴ A Superintendência de Políticas para Mulheres de Nova Iguaçu é uma instituição ligada ao Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM/NI), portanto, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social de Nova Iguaçu (SEMAS/NI).

importante para a viabilização de direitos e para a efetivação da política de gênero. Assim, há um esforço da equipe da SPM para o fortalecimento da rede e a articulação entre os atendimentos.

O termo “fortalecimento da rede” foi utilizado no equipamento de maneira recorrente ao longo da pesquisa. Essa noção, na esfera pública, segundo Pereira e Teixeira (2013) se refere a incorporação e ao fortalecimento da rede na gestão das políticas sociais, à luz da compreensão de sua importância no contexto da relação entre o Estado e a sociedade civil organizada. Segundo Couto *et al.* (2018), a violência contra as mulheres, em toda a sua complexidade, demanda um cuidado específico no sentido de reduzir sua incidência. Dessa forma, além de criminalizar a violência, é requerido um esforço coletivo de articulações entre redes institucionais e ações intersetoriais que estejam envolvidas nessa dinâmica. Ou seja, o fortalecimento da rede é indispensável. Ao longo da pesquisa teve destaque a realização de reunião mensal da rede, onde, os casos são analisados e encaminhados à variados equipamentos e/ou setores, de forma a fornecer uma assistência abrangente e articulada. A SPM tem parceria com a Casa da Mulher Iguaçuana (que atua com a profissionalização de mulheres), com as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDFM), Centro de Assistência Multidisciplinar à Violência Sexual (CAMVIS), Núcleo Especial de Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), abrigos para mulheres vítimas de violência, entre outros. Sobre os desdobramentos ou novas demandas existentes no contexto pós-pandemia, segundo dados da Superintendência, em 2022, houve um aumento nos números de atendimentos ‘de primeira vez’ (sendo 247 até o mês de agosto e 304 até o mês de dezembro), em comparação ao ano de 2021, onde se realizaram 281 atendimentos. Além do contexto pandêmico em si, as profissionais da SPM atribuem o aumento na procura pelo atendimento à ênfase dada à divulgação das ações em redes sociais, em escolas e outras instituições da cidade. Outras demandas percebidas na pesquisa e que foram acentuadas pela pandemia, em relação às mulheres vítimas de violência, são aquelas concernentes à saúde mental e à questão da empregabilidade, evidenciadas pela desigualdade de gênero em nossa sociedade, como nos informam Borges e Silva (2020).

Embora o perfil socioeconômico predominante seja identificado por mulheres em situação de vulnerabilidade social, observou-se elevação no número de atendimentos de

mulheres com formação acadêmica, incluindo aquelas com pós-graduação e até mesmo com cargos militares. As técnicas de enfrentamento à violência destacam a diversidade de perfis das mulheres que acessam essa política. Nesse quesito, considera-se fundamental analisar os casos de violência e propor ações a partir do conceito da interseccionalidade, no trato das especificidades de uma “Baixada negra” (Bezerra, 2011) e marcada pela violência. Para Conceição e Mora (2020, p. 09), “é urgente ampliar o debate que cerca a violência de gênero e a interseccionalidade, visto que esses pontos são essenciais para a construção de políticas públicas e para a capacitação de profissionais no enfrentamento da violência”, para que sejam consideradas as especificidades e subjetividades das mulheres negras baixadenses. Como ressalta Carneiro (2003), não levar em conta o aspecto étnico-racial junto à temática do gênero, pode gerar um tratamento superficial dos determinantes envolvidos nas violações dos direitos humanos das mulheres brasileiras.

Registra-se a urgência em se problematizar as demandas e ações de prevenção e enfrentamento às diversas formas de violência, em específico, as violências de gênero (Saffioti, 2004) e as violências envolvendo o racismo (Munanga, 2008), a partir dos marcadores interseccionais. Para isso cabe também exigir do Estado a elaboração e efetivação de políticas públicas voltadas às mulheres negras em relação às mais variadas formas de violências e violação de direitos. A perspectiva interseccional, enfatizada neste artigo, se aproxima do que Hirata (2014) sugere, quando afirma que a interseccionalidade seria uma maneira de combater as opressões múltiplas e imbricadas, e, portanto, utilizada também como um instrumento de luta política. A interseccionalidade vai tratar, especificamente, da forma como o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros processos discriminatórios indicam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças/etnias, classes e outras (Crenshaw, 2002; Collins, 2016).

Os dados coletados para segunda fase da investigação, sobre as intervenções com os homens autores de violência (HAV), não possibilitaram avançar nas análises em Nova Iguaçu, inclusive o estudo encontra-se, ainda, em andamento. Iniciativas com esse tipo de intervenção surgiram na década de 1990, como serviços de apoio psicossocial que visavam debater “questões da violência doméstica e familiar contra à mulher com homens que cometeram atos violentos contra as suas companheiras” e, por conta disso, estão submetidos na Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) como “homens autores de violência doméstica” (Silva, 2023, p. 16, 17). Sendo assim, é fundamental que o tema da violência contra a mulher

seja tratado entre os homens, para que ocorra uma mudança de comportamento e na construção social das masculinidades. Os espaços dedicados às ações com HAV encontrados em Nova Iguaçu, foram o ISER (Instituto de Estudos da Religião) e o projeto “Escola de Homens”, também localizado no município de Duque de Caxias, conforme estudo de Silva (2023), que enfatizou a precariedade do acesso, já que as salas disponibilizadas para a realização das atividades dos grupos reflexivos possuem pouca circulação de ar, baixa luminosidade e, praticamente, ‘secretas’ nos espaços físicos dos fóruns, na dimensão das atividades dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Nos grupos reflexivos, intenciona-se cessar com a violência e viabilizar diferentes maneiras de resolução de conflitos e, sobretudo, responsabilizar os homens autores de atos violentos, bem como provocar neles reflexões relacionadas à identidade masculina e à construção de masculinidades. O cerne do trabalho é “promover a desconstrução de um estereótipo masculino ou de uma masculinidade tradicional e hegemônica, em que a violência é legitimada e parte constituinte do ser homem” (Beiras, 2014, p. 22). Destarte, é possível inferir que as ações têm um grau de positividade, mas em termos de políticas públicas, ainda há uma carência na perspectiva da elaboração e implementação e, ao que parece, essas ações ainda são incipientes e pouco efetivas nos municípios baixadenses, considerando que algumas das atividades ocorrem no âmbito de instituições da sociedade civil e que outras, mesmo ocorrendo no âmbito dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, são pontuais, descontinuadas e fragmentadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível concluir que a cidade de Nova Iguaçu, em comparação a outros municípios da Baixada Fluminense, se destaca em relação às políticas voltadas para as mulheres, conforme estudo de Oliveira (2022). Mas há que se registrar que a cidade também está listada como a terceira mais violenta em relação às mulheres, em especial, para as mulheres negras. Por isso, reitera-se que estudos e ações mais pontuais utilizando do conceito da interseccionalidade poderiam prover um tratamento para as especificidades do município e das mulheres que nele residem. E quanto às ações com homens autores de violência, é notório que na Baixada Fluminense há insuficiência de políticas públicas, descontinuidade

em gestões administrativas, como em mandatos que interrompem os serviços instituídos, entre outros obstáculos (Beiras, 2014; Beiras, 2019). Por fim, é possível alegar que, pela trajetória sócio-histórica do referido território, é imprescindível o estímulo a uma maior participação comunitária, no sentido de se obter um maior controle social das políticas públicas por parte da sociedade civil, em um contexto institucional e comunitário robusto que possa romper com relações violentas em territórios marcados pela aniquilação dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Cláudio Souza. VIOLÊNCIA E RELIGIÃO NA BAIXADA FLUMINENSE: uma proposta teórico-metodológica. Revista Rio de Janeiro, v. 8, p. 59-82, 2002.

ALVES, José Claudio Souza. DOS BARÕES AO EXTERMÍNIO: uma história da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias, RJ: APPH, CLIO, 2003.

ASSIS, João Marcus Figueiredo. A DIOCESE DE NOVA IGUAÇU FRENTE À CHACINA DA BAIXADA FLUMINENSE: memória e identidade. Horizonte: Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 7, n. 13, p. 69-84, 2008.

BARRETO, Alessandra Siqueira. UM OLHAR SOBRE A BAIXADA: usos e representações sobre o poder local e seus atores. Revista Campos, 5 (2): 45-64, 2004.

BECKER, Howard Saul. Problemas de Inferência e Prova na Observação Participante. In: Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. 4 ed. São Paulo: Hucitec. 1999.

BEIRAS, Adriano. Relatório mapeamento de serviços de atenção grupal a homens autores de violência contra mulheres no contexto brasileiro. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2014.

BEIRAS, Adriano; **NASCIMENTO**, Marcos; **INCROCCI**, Caio. Programas de atenção a homens autores de violência contra as mulheres: um panorama das intervenções no Brasil. *Saúde e Sociedade*, v. 28, n. 1, p. 262-274, 2019.

BELOCH, Israel. **CAPA PRETA E LURDINHA**: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada. Rio de Janeiro: Record, 1986.

BEZERRA, Nielson Rosa. A cor da Baixada. HPPH-CLIO, Duque de Caxias, 2011.

BOLETIM FEMINICÍDIOS E A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA NA BAIXADA FLUMINENSE. Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial, 2023.

BORGES, Rosimar Souza dos Santos; **SILVA**, Adriana Santos da. Distanciamento social e sobrecarga de trabalho: impactos na saúde da mulher. In: **PASSOS**, Rachel Gouveia; **MOREIRA**, Elaine Martins... [et al.] (orgs). Em tempos de pandemia: propostas para a defesa da vida e de direitos sociais. Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, p. 148 – 153, 2020.

BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei nº 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006.

CARNEIRO, Sueli. **DIÁLOGOS SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÊNERO**: construindo políticas para as mulheres. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (org.). Mulheres negras, violência e pobreza. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, p. 11-3, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. **APRENDENDO COM A OUTSIDER WITHIN**: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, 31(1), p. 99-127, 2016.

CONCEIÇÃO, Carolina Silveira da; **MORA**, Claudia Mercedes. **“RESPEITO É BOM E EU GOSTO”**: trajetórias de vida de mulheres negras assistidas por um Centro

Especializado de Atendimento à Mulher em Situação de Violência na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil. Cadernos de Saúde Pública, v. 36, p. e00180019, 2020.

COUTO, Vinicius Assis et al. Intersetorialidade e ações de combate à violência contra a mulher. Revista Estudos Feministas, v. 26, 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas. [online]. 2002, vol.10, n.1, pp.171-188.

DE OLIVEIRA, Leandro Dias. **‘O ESPAÇO DO CORAÇÃO É A COMPAIXÃO’**: Lições da Baixada Fluminense para a violência política no Brasil atual. Resenha (review) do livro Dos barões ao extermínio: Uma história da violência na Baixada Fluminense, de José Cláudio Souza Alves. Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 14, n. 1, p. 319-327, 2021.

ENNE, Ana Lucia da Silva. **IMPRENSA E BAIXADA FLUMINENSE**: múltiplas representações. Ciberlegenda. n.14, 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa, 2009, p. 2120-2120.

FREIRE, Jussara. Problemas públicos e mobilizações coletivas em Nova Iguaçu. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

HIRATA, Helena. **GÊNERO, CLASSE E RAÇA**: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Revista Tempo Social, vol. 26, n.1, São Paulo, jun/2014, p. 61-74.

MARQUES, Alexandre dos Santos. **BAIXADA FLUMINENSE**: da conceituação às problemáticas sociais contemporâneas. Revista Pilares da História - Duque de Caxias e Baixada Fluminense, ano IV, nº 6, abril de 2006.

MIAGUSKO, Edson. **ESPERANDO A UPP**: Circulação, violência e mercado político na Baixada Fluminense. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 31, p. e319101, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **CIÊNCIA, TÉCNICA E ARTE**: o desafio da pesquisa social. In: **PESQUISA SOCIAL**: teoria, método e criatividade / Suely Ferreira Deslandes, Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes, Maria Cecília de Souza Minayo (org.) 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 1994.

MUNANGA, Kabengele. **REDISCUTINDO A MESTIÇAGEM NO BRASIL**: identidade nacional versus identidade negra. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NOGUEIRA, Marcus Antonio Monteiro. Baixada Fluminense. In: **TORRES**, Gênesis. **BAIXADA FLUMINENSE**: a construção de uma história. Sociedade, economia, política. 2 ed. Rio de Janeiro: INEPAC, 2008.

OLIVEIRA, Isabelly Andrade de. **AÇÕES DO ESTADO ACERCA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO CONTEXTO PANDÊMICO**: Uma análise nos municípios de Seropédica e Nova Iguaçu-RJ. Trabalho de conclusão de curso (Graduação). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Serviço Social, 2022.

PEREIRA, Karine Yanne de Lima; **TEIXEIRA**, Solange Maria. **REDES E INTERSETORIALIDADE NAS POLÍTICAS SOCIAIS**: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), v. 12, n. 1, p. 114-127, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Leandro Rodrigues Nascimento da. **“ESCOLA DE HOMENS”**: Refletindo Sobre Processos Educativos em um Grupo Para Homens Autores de Violência Doméstica na

Baixada Fluminense. Dissertação (Mestrado em educação) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, 2023.

SILVA, Lúcia. BAIXADA FLUMINENSE COMO VAZIO DEMOGRÁFICO? População e território no antigo município de Iguaçu (1890/1910). Revista Brasileira de Estudos de População, v. 34, n. 02, p. 415-425, 2017.

SIMÕES, Manoel Ricardo. Processo de Produção do Espaço da Baixada – Décadas de 1930/1970. In: **TORRES, Gênesis. BAIXADA FLUMINENSE: a construção de uma história.** Sociedade, economia, política. 2 ed. Rio de Janeiro: INEPAC, 2008, p. 179-188.